

Narrativas sobre práticas de consumo e a sintomatização das relações simbolicamente violentas entre empregadores e empregadas domésticas

Autoria

Renata Couto de Azevedo de Oliveira - renatacouto@yahoo.com

Mestr e Dout Acad em Admin/Prog de Pós-Grad em Admin/Esc de Ciências Sociais Aplicadas -
PPGA/ECSA/UNIGRANRIO - Universidade do Grande Rio

Eduardo André Teixeira Ayrosa - eduardo.ayrosa@unigranrio.edu.br

Mestr e Dout Acad em Admin/Prog de Pós-Grad em Admin/Esc de Ciências Sociais Aplicadas -
PPGA/ECSA/UNIGRANRIO - Universidade do Grande Rio

Resumo

A proposta deste trabalho teórico-empírico é analisar como as relações simbolicamente violentas entre empregadores e empregadas domésticas são sintomatizadas através de narrativas sobre práticas de consumo, revelando a movimentação do que denominamos platô de indiferença, ou seja, um nível de violência objetiva simbólica abaixo do qual qualquer ato se torna invisível graças a um véu de naturalização (AYROSA; OLIVEIRA, 2018). O papel da empregada como mediadora entre realidades materiais e simbólicas distintas (a sua própria e a da patroa) foi explorado por Barros (2006). Em contraste com o aspecto positivo de ganho social para ambas as partes, identificamos aspectos negativos dessa relação presentes nas narrativas das patroas sobre suas práticas de consumo. Dados foram produzidos através 19 entrevistas em profundidade e posteriormente tratados através da hermenêutica ricoeuriana do modelo do texto e do círculo hermenêutico. Concluímos que o consumo contribui para a estruturação e reprodução da cultura simbolicamente violenta, e que as práticas de consumo das patroas refletem a problemática classista e inconciliável entre seu universo e o das empregadas.



Narrativas sobre práticas de consumo e a sintomatização das relações simbolicamente violentas entre empregadores e empregadas domésticas

Resumo

A proposta deste trabalho teórico-empírico é analisar como as relações simbolicamente violentas entre empregadores e empregadas domésticas são sintomatizadas através de narrativas sobre práticas de consumo, revelando a movimentação do que denominamos platô de indiferença, ou seja, um nível de violência objetiva simbólica abaixo do qual qualquer ato se torna invisível graças a um véu de naturalização (AYROSA; OLIVEIRA, 2018). O papel da empregada como mediadora entre realidades materiais e simbólicas distintas (a sua própria e a da patroa) foi explorado por Barros (2006). Em contraste com o aspecto positivo de ganho social para ambas as partes, identificamos aspectos negativos dessa relação presentes nas narrativas das patroas sobre suas práticas de consumo. Dados foram produzidos através 19 entrevistas em profundidade e posteriormente tratados através da hermenêutica ricoeuriana do modelo do texto e do círculo hermenêutico. Concluimos que o consumo contribui para a estruturação e reprodução da cultura simbolicamente violenta, e que as práticas de consumo das patroas refletem a problemática classista e inconciliável entre seu universo e o das empregadas.

Palavras-chave: Empregada doméstica; Práticas de consumo; Platô de indiferença; Violência objetiva simbólica; Hermenêutica Ricoeuriana

1 Contextualização

O filme “Que horas ela volta?” (2015) aborda em seu enredo a dinâmica entre a empregada doméstica, Val, e os membros da família para qual trabalha (Bárbara, a patroa; Carlos, seu marido; e Fabinho, filho do casal). Paulatinamente nos damos conta da complexidade dessa relação, marcada, por um lado, pela afetividade (BRITES, 2007, p.93), exemplificada através do relacionamento entre Val e Fabinho, enquanto, por outro lado, somos sutilmente levados a olhar para essa relação com um certo estranhamento, decorrente do mal-estar que paira no ar após a refeição. Por exemplo, quando Val apresentava Bárbara com um jogo de xícaras, mas essa a impedia de servir café aos seus convidados nele, pedindo que Val use o jogo que trouxe da Suécia. O mal-estar torna-se quase palpável quando a personagem Jéssica, filha da empregada Val, é introduzida e desestabiliza a rede de relações naturalizadas entre Val e os membros da família que a emprega. Jéssica mergulha na piscina da casa com Fabinho e seus amigos e Bárbara, ao saber, manda que a piscina seja lavada e sua água, trocada, alegando ter visto nela um rato. Fabinho acredita na justificativa da mãe, enquanto Jéssica sorri ironicamente. É esse sorriso irônico que não nos permite obliterar aspectos da relação entre a doméstica e a patroa que, por vezes, gostaríamos que fossem obscurecidos pela afetividade.

Discussões acadêmicas (e.g. TEIXEIRA; CARRIERI; MAFRA, 2014; FERRAZ; MOURA-PAULA; BIONDINI; MORAES, 2017) e debates jornalísticos tendo como elemento central a empregada doméstica problematizam as relações de diversas ordens que se interseccionam naquela figura. No caso da produção acadêmica sobre consumo, temos no trabalho de Barros (2006) o representante sobre o tema que envolve a trabalhadora doméstica e os significados de consumo por ela construídos graças ao seu papel como mediadora entre dois mundos – o seu próprio e o da patroa. Barros (2006) enaltece os aspectos positivos do relacionamento entre empregadas e patroas, destacando o papel da mídia televisiva no que denomina de “repertório compartilhado” entre os dois universos culturais. Contudo, certos aspectos que permeiam as relações entre os dois grupos e envolvem práticas de consumo

sinalizam que a dinâmica empregada-patroa é, na verdade, um reflexo da profundidade do fosso social entre as representantes dessas realidades. Um exemplo disso pode ser visto na sequência de “Que Horas Ela Volta” em que Val (a empregada) repreende sua filha, Jéssica, porque ela comeu o sorvete do filho da patroa, Fabinho, ao invés de comer o sorvete “da empregada” (a 56’44”).

Inspirado por estas histórias da ficção e tantas inumeráveis outras presentes em nossos vidas, a proposta deste trabalho teórico-empírico é analisar como as relações simbolicamente violentas entre empregadores e empregadas domésticas são sintomatizadas através de narrativas sobre práticas de consumo, revelando a movimentação do que denominamos platô de indiferença, ou seja, um nível de violência objetiva simbólica abaixo do qual qualquer ato se torna invisível graças a um véu de naturalização (AYROSA; OLIVEIRA, 2018). Os dados mostram que através das narrativas sobre suas práticas de consumo, as patroas movimentam o platô de indiferença a seu favor, naturalizando ao máximo os aspectos mais problemáticos das relações com as domésticas, o que viabiliza a manutenção da hierarquia entre elas através de uma postura cordial (HOLANDA, 2012) que naturaliza, segundo Schwarcz (2008, p.86), “estruturas mais arraigadas de sociabilidade e de uma hierarquia que se impõe na esfera do privado”.

Este trabalho inspira-se também no de Teixeira e Carrieri (2013) que analisou os discursos das patroas sobre as empregadas, qualificados como classistas e saudosistas das relações de escravidão. Aproveitamos para apontar que usaremos as palavras “empregadas” e “patroas” no feminino, uma vez que ainda se trata de um trabalho exercido majoritariamente por mulheres. Na região metropolitana de São Paulo em 2018 as mulheres representavam pouco menos da metade do total de ocupados (46,1%), mas quase a totalidade do trabalho doméstico (96,6%) (VALOR ECONÔMICO, 2018). No mais, ainda cabe às mulheres (“patroas”) a administração do trabalho doméstico realizado pelas empregadas em seus lares, o que sinaliza uma divisão das tarefas domésticas baseada em gênero no ambiente familiar (HIRATA, 2003). Além disso, nossos informantes (16 em 19, incluindo a que foi entrevistada junto com o marido) foram majoritariamente mulheres (vide Quadro 1).

2 Referencial teórico

2.1 Relações simbolicamente violentas e o platô de indiferença

Slater (2002) afirma que vivemos em uma cultura do consumo, encarada como modo dominante de produção e reprodução de cultural. Douglas e Isherwood (2006) apontam que uso dos bens é social, ou seja, eles podem ser usados para criar cercas ou pontes, excluir ou incluir. Bourdieu (2006) fala sobre as formas de distinção associadas ao capital social e seu *habitus* correspondente. Dessa forma, acreditamos que narrativas sobre práticas de consumo ilustram como o seu *habitus* correspondente está associado a um constrangimento que permeia as relações entre patrões e empregadas domésticas, indicando a existência de mais cercas do que pontes entre essas duas realidades. Algumas dessas “cercas” (ou práticas envolvendo o consumo) tornam-se naturalizadas, ou seja, são tomadas como atividades corriqueiras e normais, e parecem ser socialmente justificadas, principalmente quando compartilhadas por pessoas entre as quais existe um processo de reconhecimento, de identificação. Acreditamos que justamente por isso é que os informantes se abriram durante as entrevistas, relatando algumas de suas práticas envolvendo bens de consumo e as empregadas, apesar de, em alguns casos, demonstrarem certo constrangimento. A identificação dos pesquisadores como *insiders* do mesmo *habitus* ao qual os informantes pertencem certamente viabilizou a produção dos dados.

É importante também apontar que a naturalização que faz com que tais cercas ou práticas tornem-se justificadas é o que chamamos de platô de indiferença, que atua como um

nível de violência objetiva simbólica abaixo do qual qualquer ato se torna invisível graças a um véu de naturalização (AYROSA; OLIVEIRA, 2018). Entendemos haver dois tipos básicos de violência: a visível e a “não-visível”. A violência visível é aquela que afeta nossos sentido de alguma forma, afeta nossa subjetividade, daí ser chamada por Zizek (2014, p.17) de “violência subjetiva”. Já a “invisível” existe de fato, mas não afeta nossa subjetividade. Sua existência *de facto* explica porque Zizek (2014, p.17) a chama de “violência objetiva”, uma vez que ela está lá independentemente de ser visível. Chamamos de “platô de indiferença” um véu que separa uma da outra. Acima do platô, tudo é visto, enquanto abaixo dele, tudo é naturalizado (e assim, parece confortavelmente “inexistente”). Quanto mais baixo o platô, menor a naturalização, e, portanto, seremos menos indiferentes aos fatos da vida.

Quanto mais construímos cercas simbólicas através de nossas práticas de consumo, mais nos colocamos como observadores externos de realidades (e pessoas) com as quais não nos identificamos, que são mantidas a uma distância segura. Contudo, a empregada doméstica é uma figura peculiar, que representa, conforme Teixeira e Carrieri (2013) sugerem, uma ruptura da segregação social baseada em critérios de renda. Fazendo alusão às idéias de Da Matta (1986, p.28), a empregada doméstica representa o exercício do trabalho, elemento associado à rua (local sem amor, sem respeito e nem mesmo amizade; local do “trabalho duro”, da “luta”, da crueldade, porque nele todas nossas vontades são negadas), dentro do espaço familiar da casa, no qual em tese não deveria haver trabalho e até por isso mesmo não consideramos o trabalho doméstico como tal (ele estaria mais para um serviço ou uma forma de prazer, favor ou cuidado). Assim, é graças à existência da doméstica que uma grande confusão entre, por um lado, relações de trabalho e, por outro, afetivas e morais, se configura no espaço da casa. E a partir daí somos forçados a abandonar o posto de observadores externos e nos envolvermos com aquela “estrangeira”, aquele ser “não-familiar” que está fisicamente em nosso lar, porém não pertence simbolicamente a ele (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015).

Trabalhos como os de Teixeira, Carrieri e Mafra (2014) e de Scherdien, Bortolini e Oltramari (2018) caracterizam tanto a empregada, quanto seu trabalho. Trata-se, em primeiro lugar, de um trabalho exercido por uma mulher, o que aponta a interseccionalidade entre questões de trabalho e de gênero (TEIXEIRA; CARRIERI; MAFRA, 2014, p.2). Em segundo lugar, historicamente o trabalho doméstico é considerado como um trabalho precário e subalterno. **Precário**, porque durante muitos anos foi exercido informalmente, sendo regulamentado tardiamente (através da “PEC das Domésticas, de 2013, posteriormente convertida na Lei Complementar 150, em 2015). Além disso, como apontado por Da Matta (1986), o trabalho doméstico não é tradicionalmente encarado como trabalho por ser exercido dentro da casa, mas também por não ser um trabalho produtivo por definição, ou seja, não visa à valorização do capital, como colocam Ferraz, Moura-Paula, Biondini e Moraes (2017, p.259). Por fim, a precariedade do trabalho doméstico decorre da sua não-vinculação aos certificados acadêmicos e conhecimentos especializados e institucionalizados, e também da sua identificação com trabalhos manuais, historicamente considerados como menos complexos, como afirmam Teixeira e outros (2014, p.3). **Subalterno**, porque historicamente tem como seu antecessor o trabalho escravo e carrega consigo as construções sociais atreladas a esse histórico, como afirmam Teixeira e outros (2014, p.4). Isto significa dizer que ainda hoje a maioria das empregadas domésticas é formada por mulheres negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias pobres, com poucas possibilidades de ascensão social (TEIXEIRA *et al.*, 2014, p.4). Com o passar do tempo a empregada doméstica tornou-se um elemento fundamental à dinâmica da família burguesa brasileira, não apenas por possibilitar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas também por tornar-se um símbolo de status para essa mesma família (TEIXEIRA *et al.*, 2014, p.3).

Outros fatores contribuem ainda para a complexidade da relação entre as domésticas e suas empregadoras. Brites (2007, p.93) aponta a presença do elemento da afetividade ou ambigüidade afetiva nessa relação que, contudo, “não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno”, ou seja, uma evidente separação entre as patroas, que podem pagar pelo trabalho das domésticas, e estas, que encontram nesse trabalho a (possivelmente) única forma de sobrevivência digna. Essa confusão existente entre uma relação puramente econômica e outra de caráter afetivo reflete a análise feita por Da Matta (1986, p.28) sobre a dinâmica entre rua e casa.

Nesse contexto aquilo que chamamos de violência objetivamente simbólica é justamente uma forma de violência que nem sempre é considerada como tal, por ser, como descreve Zizek (2014), inerente ao estado “normal” das coisas (p.18), ou invisível, pois “sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento” (p.18), ou aquela que “não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas “más” intenções” (p.26). Uma forma de violência descrita por Bourdieu (2002, pp.3-4) como “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou [...] do sentimento”.

2.2 Notas sobre fantasia social, sintomatização e suas decorrências

Graças ao platô de indiferença mencionado no tópico anterior, todos os elementos que caracterizam a doméstica e seu trabalho tornam-se invisibilizados dentro do que entendemos como sendo nossa realidade social, principalmente quando apreendemos tal realidade como uma construção fantasiosa, ou seja, como “uma ‘ilusão’ que estrutura nossas relações sociais eficazes e reais e assim mascara um núcleo insuportável, real e impossível” (ZIZEK, 1989, p.45). Fontenelle (2005, p.64) fala sobre uma ilusão socialmente necessária que guarda relações com os conceitos de fetichismo e de clivagem do eu, determinando que o a patroa, no caso, saiba que sua relação com a doméstica não é uma relação entre iguais, nem mesmo uma relação marcada unicamente pela afetividade, porém aja como se não soubesse sobre o fosso social que as separam. Nesse contexto fantasioso as práticas de consumo das patroas não podem ser tratadas segundo a apreensão tradicional de sintoma, ou seja, como algo que releva uma tensão entre o que é explicitamente enunciado e aquilo que pragmaticamente ocorre (ZIZEK, 1994, p.8), pois essa acepção nos remete ao conceito marxista de ideologia, que já não condiz com a configuração social contemporânea. Em uma realidade estruturada como fantasia, a sociedade é classificada como “sociedade do gozo” (e.g. FONTENELLE, 2005, p.68; SAFATLE, 2008, pp.128-129), isto é, uma sociedade na qual o gozo não é mais reprimido, mas imperativo, culpando-se o indivíduo por não gozar o suficiente. Assim, as práticas de consumo devem ser apreendidas dentro de uma lógica fetichista: o que chamamos de “sintoma” trata-se de uma exceção incômoda, aceita ou considerada tão natural quanto uma espécie de estratégia de enfrentamento, que visa dar conta das inconsistências sociais que perturbam a realidade fantasiosa. Assim, a “patroa” sabe sobre a existência do fosso social e seus desdobramentos entre ela e a empregada, mas segue agindo (através das práticas de consumo), contribuindo para a reprodução da fantasia social, aspecto apolíneo, polido e reluzente da realidade, que naturaliza seu lado mais caótico, dionisiaco e complexo (OLIVEIRA; CHEVITARESE; AYROSA, 2019).

3 Percurso metodológico

O presente artigo é um recorte temático de um outro trabalho sobre relações de consumo lá entendidas como objetivamente violentas. O tema da empregada doméstica emergiu do dados quando os entrevistados foram perguntados sobre como trabalhavam a questão do consumo com seus filhos cotidianamente. O tema começou a se repetir em

algumas entrevistas, e então optou-se por abordá-lo através de questionamentos sobre as relações entre práticas de consumo e a presença de empregadas/babás nos lares dos informantes. Foi solicitado que eles descrevessem como era esse relacionamento e qual o papel dos bens de consumo nele. Os dados foram produzidos através de 19 entrevistas em profundidade (BELK; FISCHER; KOZINETZ, 2013) ou longas (MCCRACKEN, 1988), realizadas entre novembro de 2016 e junho de 2018. As entrevistas ocorreram pessoalmente, via Skype ou através de chamada de vídeo do WhatsApp (quando o informante não possuía cadastro no Skype). Foram gravadas no formato mp4 por um gravador de áudio de *smartphone* iPhone 7Plus e posteriormente transcritas *ipsis litteris*. Os textos transcritos foram codificados e analisados com a ajuda *software* de análise qualitativa Atlas.ti. O roteiro das entrevistas foi semi-estruturado, ou seja, temas e perguntas foram elaborados previamente à realização das entrevistas, mantendo-se a possibilidade editá-lo, como prevê Gaskell (2000), através da inclusão e exclusão de tópicos que se emergiram dos próprios dados ou se mostraram irrelevantes à consecução da investigação, respectivamente. Ao fim do processo foram contabilizadas seis versões do roteiro original.

O quadro abaixo sintetiza a qualificação dos informantes que contribuíram para a pesquisa, classificando-os por idade, estado civil e classe social (com base no Critério Brasil (ABEP)). Observamos que a informante 15 não revelou sua idade. O informante 4 é um casal heterossexual (formado por uma mulher, “M”, e por um homem, “H”) e os cônjuges foram entrevistados em conjunto pelos dois pesquisadores (indicados como “Pesquisador 1” e “Pesquisador 2”, quando necessário), autores deste trabalho.

Quadro 1 – Caracterização dos Entrevistados

Informante	Idade	Estado civil	Classe social
1	34	Solteiro	B2
2	44	Divorciada	A
3	35	Casada	B1
4 (M/H)	38/41	Casados	A
5	34	Divorciada	B1
6	38	Casada	A
7	34	Casada	A
8	45	Casada	A
9	31	Casada	A
10	34	Casado	B1
11	41	Casado	A
12	37	Casada	A
13	51	Casada	B2
14	38	Casada	B2
15	*	Casada	B1
16	46	Casada	A
17	39	Casada	A
18	29	Casada	A
19	43	Casada	A

Fonte: Elaborado pelos autores

Nosso trabalho de pesquisa é caracterizado pela dinâmica “compreensão (*Verstehen*)-explicação (*Erklären*)” em todas as suas etapas de realização. Assim, a elaboração de considerações teóricas é uma etapa da análise tanto quanto o tratamento dos dados através do modelo do texto ricoeuriano aplicado às ações humanas significativas (RICOEUR, 2000; 2016). Pesquisar sobre relações e práticas que são naturalizadas, que são tidas como normais e socialmente justificadas, só nos parece viável através de informações teóricas *a priori* sobre os “fenômenos sociais que posteriormente tomarão corpo na linguagem, no relato, no

discurso, e nas histórias que se ouvem de seus informantes”, como afirmam Ayrosa e Cerchiaro (2014, p.8). O tratamento dos dados foi realizado através de uma abordagem hermenêutica, seguindo o modelo do texto proposto por Ricoeur (1990; 2016). O uso das abordagens hermenêuticas em pesquisas sobre consumo e consumidores é legitimado pelo trabalho de Thompson (1991), que sustenta que pesquisas sobre consumo com abordagem hermenêutica são qualitativas, objetivas e científicas, porém com algumas características peculiares. Por exemplo, nessas pesquisas o pesquisador desponta como co-constituente de significado, segundo Arnould e Fisher (1994), e não como mero canal pelo qual os significados dos entrevistados fluem e são reconstituídos. A pré-compreensão ou os preconceitos do pesquisador são considerados condições prévias e necessárias à compreensão na análise hermenêutica. No mais, se vivemos em uma sociedade do consumo na qual, segundo Slater (2002), o consumo é o modo dominante de reprodução cultural e, segundo Fontenelle (2005, p.68), consumir é o ato social por excelência, o consumo é também uma ação humana significativa que pode ser tratada como um texto, conclusão a que chegam Shankar, Elliot e Goulding (2010, p.441). O modelo do texto ricoeuriano é usado como paradigma interpretativo nesse estudo graças à fixação da ação de consumo através de um procedimento que é similar ao processo de fixação do discurso pela escrita. Assim, a ação torna-se reificada e, portanto, passível de interpretação como objeto das ciências sociais, pois a interação que lhe é característica torna-se superada, como sugere Ricoeur (2016, pp.165-166). A teoria interpretativa ricoeuriana associada ao modelo do texto centra-se na dialética entre explicação e compreensão, representada pelo círculo ou arco hermenêutico (RICOEUR, 2016).

Em um primeiro momento temos o movimento da compreensão à explicação, com a objetificação das ações humanas através do modelo do texto, o que permite afastar seu sentido da intenção do autor original da ação, viabilizando que ele seja então reconstruído de diversas maneiras por diversos interpretes, pois para Ricoeur (2016, p.120) a interpretação nada mais é do que o resultado da renovação e da associação de um novo discurso ao texto. É importante destacar que a interpretação ocorre dentro de possíveis horizontes de sentido que os textos implicam, graças aos elementos metafóricos e simbólicos que o integram e atuam como “sentidos segundos”, de acordo com Ricoeur (2016, pp.89-90). Em um segundo momento passamos da explicação à compreensão, partindo de uma interpretação ingênua do texto que se preocupa com o que ele diz para, através da mediação da análise estrutural dos aspectos simbólicos das ações humanas significativas, constituir uma interpretação crítica em profundidade, voltada para o que fala o texto (RICOEUR, 2000, p.99). A apropriação, ou seja, o manejo de nossos pré-conceitos e de nossos vieses, é indispensável à compreensão, segundo Ricoeur (2016, p.182), nos qualificando para interpretar as ações significativas.

4 Análise

4.1 Contexto

Gostaríamos de começar a análise reproduzindo um trecho da entrevista com o casal de informantes número 4, pois acreditamos que nessas linhas a interseccionalidade que permeia nossa discussão sobre as empregadas domésticas (e também as babás) está destacada.

“Informante 4 (H) – Outro tipo de postura que me assusta, que é bem a *Casa Grande*, é deixar os filhos sob os cuidados de *um serviçal*. Você observa que não existe nenhuma relação afetiva entre o filho... até pode existir a relação afetiva, mas que a criança ela quer ir ao banheiro ela não fala com a mãe, ela vai falar com a...

Pesquisador 1 – Com a *babá* né...

Informante 4 (H) – Com a *mucama*, e isso pra mim também é assustador.

Informante 4 (M) – Teve até uma mãe também da sala do meu filho, logo no início, a gente foi para o Jardim Botânico. Ai ela chegou e falou: ‘gente, eu não sabia, cobraram a entrada e aí quiseram cobrar a entrada de *fulaninha*. Ai eu

perguntei: babá paga?'. Ai eu fiquei olhando pr'aquilo, ninguém respondeu. Quase que eu falei: 'não, babá não é gente, não paga'. A pessoa verbalizou isso. Então as pessoas reproduzem muito...

Pesquisador 2 – *Você poderia reconhecer isso como violento?*

Informante 4 (H) – *Assim, eu não tenho nenhuma dúvida de que essa reprodução dessa diferença de classe, não só de classe, porque certamente essa babá também era negra, esse recorte racial, isso é violência. Isso é algo violento. **Eu não estou dizendo que é deliberado por parte dessa mãe, mas é incutido na gente.**[...] Isso é certo. Eu não tenho dúvida nenhuma de que isso é violência [...]*

Evidenciamos aqui alguns pontos naturalizados na história da Informante 4 (M) e que são evidenciados pelo Informante 4 (H), como (1) **a herança escravocrata**, quando o Informante 4 (H) fala sobre uma postura “bem a Casa Grande”, numa alusão ao livro “Casa-Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre; “serviçal”, “mucama”, palavras que qualificam as empregadas e babás e foram usadas por ele para expressar sua desaprovação a tal modelo; “não, babá não é gente, não paga”, dito pela Informante 4 (M), ironicamente, o que ressalta a apreensão naturalizada da babá como coisa, como um objeto cuja posse e propriedade são da patroa-empregadora; (2) **a questão racial**, apontado pelo Informante 4 (H) quando afirma que “certamente essa babá também era negra, esse recorte racial”; (3) **a questão de classe**, quando esse mesmo informante menciona a “reprodução dessa diferença de classe”, remetendo-se ao fato da mulher no exemplo pagar por sua entrada, mas estranhar a obrigatoriedade do pagamento da entrada da babá de seu filho. Esses dados nos remetem aos trabalhos de Teixeira e outros (2014), Ferraz e outros (2017) e Scherdien e outros (2018), que exploram a caracterização da empregada e de seu trabalho.

Interessa notar também que o exemplo fala sobre uma babá, mas percebemos que além de todas as características apontadas pelos trabalhos anteriores, a **acumulação de funções** também é recorrente, isto é, mulheres contratadas para atuar como empregadas acabam também assumindo atribuições de babá quando existem crianças nessa equação. A fala da Informante 3 nos autoriza pensar sobre isso, quando ela descreve parte de sua rotina com a empregada-babá:

“Então assim, lá em casa sou eu e ela. Ela, vamos supor, de manhã, a manhã é minha, ela vai desembolar o almoço, colocar uma roupa pra lavar e tal, enquanto eu tô com as crianças. As crianças almoçam, eu vou ter um tempo pra trabalhar, fazer minhas coisas, e ela vai ficar com a casa e com meu filho mais novo. [...] Então assim, ela sozinha não ia fazer. Se ela fizesse, seria muito bom, mas ela não vai, então assim, eu vou ter que ajudar ela. Eu vou me desdobrando, porque eu trabalho tarde e noite. Então tem vezes à noite que eu preciso pedir a ela, pago ela a mais até meu marido chegar, pra ele assumir a criança.”

Outro ponto interessante e muito discutido é a **afetividade** ou **ambiguidade afetiva** (BRITES, 2007), principalmente a confusão entre uma relação puramente econômica e uma afetiva e moral, como sinaliza Da Matta (1986), que permeia a relação entre patroa e empregada em diversos momentos. Apesar da Informante 3 apontar que trata sua empregada-babá “com amor, com carinho, com respeito” e até demonstrar ter interesse pela vida dela (“[...] ela tá tirando carteira de motorista. Eu tô sempre pensando, ‘Pô, como que eu posso dar um auxílio?’”), ela afirma: “eu tenho gratidão por ela, mas ela não é da minha família”. Já a Informante 7 descreve a relação de sua família com a empregada, que foi também cuidadora da avó de seu marido e trabalhava para a família há 25 anos. Após o falecimento daquela senhora, a família não sabia como lidar com a tal empregada e, com o nascimento do filho mais novo da Informante 7, ela tomou uma decisão: “*Aí a família, todo aquele carinho, como é que vai cortar esse tempo todo? Ai ia pagando, ia segurando [...] foi quando nasceu o meu mais novo, aí eu falei, ‘ó, não penso duas vezes, já sou apaixonada por ela mesmo... Eu fico’.*” E prossegue, descrevendo o relacionamento entre elas: “[...] *eu tenho assim um carinho por ela como alguém da família. Ela tem aquele [...] cuidado que ela tem comigo, com meu marido, com as crianças.*”

Não existe a intenção de negar a afetividade e nem mesmo de excluí-la. Contudo, como apontam Ferraz e outros (2017, p.260), é necessário pontuar que expressões como “como alguém da família”, ou “como se fosse da família” sinalizam também uma espécie de **relação social de posse**, não de pertencimento efetivo ao grupo familiar. E não podemos deixar de apontar que a própria forma como a Informante 7 se refere à contratação da empregada (“já sou apaixonada por ela mesmo... Eu fico”), como se essa fosse um bem cuja propriedade e posse lhe foi transferida após a morte da avó do marido. E apesar das empregadas não se configurarem mais legitimamente como propriedade de seus patrões, como durante a escravidão, ainda hoje ecos dessa relação são ouvidos ao falarmos que “temos uma empregada” ou quando a configuração do trabalho doméstico exige que a empregada prescindia da sua vida pessoal, como sugere Soratto (2006, p.79), ao apontar que algumas patroas exigem que as empregadas sem filhos e/ou residentes no local do trabalho, por exemplo.

Também importante é o papel fundamental da empregada doméstica na sustentação de valores que são caros às mulheres de classes superiores. Por exemplo, muitas dessas mulheres só conseguem se inserir no mercado de trabalho porque “têm” empregadas que executam as tarefas domésticas em suas casa, incluindo aí o cuidado de seus filhos. Brites (2007, p.94) denomina esse tipo de trabalho como trabalho reprodutivo estratificado, pois ele reforça e intensifica as desigualdades nas quais se fundamenta.

4.2 Os nomes da empregada

“Funcionária”, “secretária”, “ajudante”, “doméstica”, “Tia [nome da empregada]”, “menina”: quantos nomes têm a empregada doméstica? E por que as pessoas relutam tanto em rotulá-las de empregadas ou diaristas? A fala da Informante 3 nos ajuda a elaborar um pouco mais esse tópico:

“[...] o meu ponto do consumo não é nem assim poder possuir não. A minha questão é usufruir daquilo que eu posso com prazer. [...] o que eu trato muito na psicanálise que aí entra também no consumo é isso: é o poder usufruir daquilo que eu posso. Eu trabalho, eu tenho uma família, meu marido trabalha, nós estamos empregados... Por exemplo, eu tinha vergonha de falar que eu tinha uma empregada. Hoje eu tô te falando isso com mais propriedade, mas talvez antes eu te falaria com vergonha de poder ter uma empregada...”

A informante se sentia envergonhada ao falar que “tem” (entre aspas, para nos lembrarmos que não existem palavras inocentes, como afirmou BOURDIEU, 1991, p.40) uma empregada e mencionou se tratar psicanaliticamente para usufruir aquilo que pode, sem culpa. Assim, não apenas torna-se mais adequada à imposição da sociedade do gozo (e.g. FONTENELLE, 2005), como também tem um certo ganho com essa possibilidade recém-conquistada, pois não podemos nos esquecer que “ter” uma empregada é um símbolo de status dentro do imaginário classista burguês (TEIXEIRA *et al.*, 2014, p.3) e, portanto, um símbolo de distinção. Contudo, nem todas as informantes foram capazes de chamar a empregada por seu “nome”, valendo-se daqueles que listamos no começo dessa seção. E com base nas teorias aqui utilizadas, podemos tirar algumas conclusões sobre esse comportamento. Por exemplo, quando a empregada é chamada por “Tia (nome)” é possível dizer que na relação patroa-empregada existe ambigüidade afetiva (BRITES, 2007, p.93; FERRAZ *et al.*, 2017, p.260), muitas vezes levando a patroa a afirmar que a empregada é como alguém da família (como a informante 7 faz), mas não excluindo a relação econômica e a demarcação de classe existentes entre essas duas mulheres. Ou quando a empregada é chamada de “ajudante”, talvez haja aí o reconhecimento pela patroa do papel da mulher como responsável pelo trabalho doméstico (numa clara alusão à divisão sexual das tarefas doméstica, como salienta HIRATA, 2003), bem como a afirmação da precariedade do trabalho doméstico, por

ser manual e desvinculado de qualquer certificação acadêmica (TEIXEIRA *et al.*, 2014, p.3), logo, exercível por qualquer pessoa, inclusive em conjunto com outras pessoas.

É interessante apontar que se uma “cadeia de significantes”, formada por várias palavras, é usada para tentar descrever a empregada, entendemos que isso ocorre justamente devido à incapacidade de articularmos algo que nos incomoda, que nos gera grande desprazer. Fazemos isso talvez na tentativa de que alguma dessas palavras “grude” (seja suficiente para descrever a realidade), mas o desprazer permanece. Contudo, através do uso de todos esses nomes alternativos em suas narrativas, as patroas conseguem elevar o platô de indiferença, ou seja, conseguem manter a fantasia social de que sua relação com a empregada é tão-somente cordial e afetiva, ignorando a contextualização realizada inicialmente.

4.3 Respeito e Cordialidade

Algumas informantes falaram sobre o tratamento respeitoso que dispensam às empregadas. A Informante 3 diz tratar a empregada “Com amor, com carinho, com respeito” e também com “profissionalismo”:

“[...] eu tenho essa impressão que a nossa cultura ela cria uma intimidade pra se favorecer, as duas partes. Então assim, eu sou sua íntima, aí eu te peço pra você ficar mais um tempinho, aí você vai lá e não faz o que eu te peço também, enfim... E eu não quero isso, entendeu? Eu quero que ela entenda que mesmo ela estando na minha casa, eu pago ela, ela é uma profissional. [...] Não é pra, porque ela é de uma classe social inferior a minha, não é. Eu tenho pessoas na minha família que são domésticas. [...] Não é isso. Na minha família existe essa classe. Eu tô querendo dizer assim, eu acho que no Brasil, eu sinto muito isso, igual nos Estados Unidos, eu fiquei muito chocada quando eu fui babá, porque o negócio lá era preto no branco. [...] ‘Por que tem que falar que não gostou? Por que que não me rodeia pra falar?’, entendeu? Que é o nosso jeito de ser. [...] E eu inda vou te falar um negócio: mesmo sendo assim, ainda é difícil.” (Informante 3)

Percebemos que a Informante 3 procura usar “respeito” como uma maneira de criar profissionalismo (entendido aqui como sinônimo de relacionamento puramente econômico), afastando assim qualquer traço de afetividade que, em sua opinião, pode facilitar que abusos ocorram, por ambas as partes (tanto patroas, quanto empregadas). Isso nos remete à cordialidade mencionada por Holanda (2012), que goza de aparência de polidez e tolerância, mas que “equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar inatas sua sensibilidade e suas emoções” (HOLANDA, 2012, p.67). Uma cordialidade que no convívio social é justamente o contrário da polidez, revelando nossa incapacidade de lidar com questões diversas fora a esfera do pessoal. Ou seja: originariamente o brasileiro teria aversão aos formalismos e convencionalismos sociais e sua cordialidade seria em verdade coercitiva, naturalizando “estruturas mais arraigadas de sociabilidade e de uma hierarquia que se impõe na esfera do privado” (SCHWARCZ, 2008, p.86). Percebemos essa incapacidade no tópico acima, quando abordamos a questão dos nomes dados a empregada. E vemos que por mais que a informante tente fugir do estereótipo do “homem cordial”, ela mesma atesta que trata-se de uma tarefa bastante difícil. Talvez a dificuldade decorra da confusão entre casa e rua (DA MATTA, 1986), que parece insuperável para o brasileiro como povo. E talvez seja mesmo difícil manter uma relação com a empregada ao mesmo tempo que procura-se manter o platô de indiferença tão alto, visando à manutenção da fantasia social, principalmente quando ainda existem outros fatores arrolados nesse equação, como a distinção baseada na classe social. Falamos isso porque há na fala da Informante 3 um elemento denegatório, no qual ela denega que esse empenho em criar uma relação profissional com a empregada decorra do fato dessa pertencer à uma classe social inferior a sua. A denegação, como apontam Tucci, Barros e Mello (2013, p.2), pode ser útil aos Estudos de Consumo, pois expõe contradições e sugere que essas não são superadas, apenas ocultadas ou mantidas à distância, viabilizando “a manutenção dos velhos hábitos com uma nova roupagem”. Nesse caso, acreditamos que

exista uma necessidade de afastar a afetividade não apenas visando ressaltar a relação profissional, mas também por conta de uma diferença de classe entre patroa (a informante) e a empregada que deve ser observada. A própria informante declarou-se chocada com tamanho “profissionalismo” durante seu trabalho como babá nos Estados Unidos. Nos parece que existia por sua parte uma expectativa de afetividade ao assumir tal trabalho, pois talvez se identificasse como sendo da mesma classe social que seus empregadores, por sua condição de intercambista, oriunda da classe média brasileira.

O respeito também nos remete ao que Zizek (2014, p.46) descreve como “tolerância liberal”, que na verdade seria um medo de ser assediado: “o Outro está muito bem, mas só na medida em que sua presença não seja intrusiva, na medida em que esse Outro não seja realmente outro...”. Disso decorre a “abolição da dimensão do Próximo” (ZIZEK, 2014, p.48), ou seja, a impossibilidade de reconhecermos uma determinada alteridade como nosso próximo. Assim, essa alteridade deixa de ter contornos humanos para tornar-se “um objeto cuja dor é neutralizada, reduzida a uma propriedade que pode ser gerida através de um cálculo utilitarista” (ZIZEK, 2014, pp. 48-49). A empregada é uma alteridade bastante peculiar, uma vez que, segundo Da Matta (1986, p.28), sua presença indica a confusão entre relações puramente econômicas e sentimentais, uma mistura de casa e rua. Como não ser sentir assediado por uma alteridade que está na sua casa, símbolo da sua privacidade? O trecho da Informante 17 ilustra essa situação:

“[eu trato a empregada] com todo respeito, toda deferência, eu pago as horas extras... Então isso sempre foi coisa muita séria, sempre falei, ‘olha, eu quero gente feliz dentro da minha casa’, então eu pago o que elas pedem, só que não existe essa contrapartida. Eu sei que aquilo ali vai até a página dois. [...] A partir do momento que eu chegar em casa, do shopping, com um monte de sacola, ela vai olhar. Então quando eu consumo, chego em casa e escondo minhas compras, ela não vê etiqueta. Ela pode até saber que a roupa é nova, mas não sabe se eu comprei, quanto foi. Então armário, ela não mexe. Meu armário, do meu marido, ela não mexe. Mexe no das crianças, mas no nosso não.” (Informante 17)

Nota-se que a informante gostaria de manter o platô de indiferença bem alto, valendo-se, para tanto, do argumento econômico, que acredita estar associado à felicidade (algo que poderia mesmo ser lido como uma tentativa de pagamento para que a empregada não ultrapasse o fosso social que a separa da patroa-informante, o que manteria feliz a patroa, não necessariamente a empregada), visando não sentir-se assediada pela doméstica, assédio esse que se traduz, por exemplo, na possibilidade da empregada verificar o que ela, patroa, compra, e descobrir os preços nas etiquetas das roupas. Essa informação é relevante, pois a empregada é retratada pela informante como uma espécie de instância repressora, que a inibe de gozar (algo que é seu direito, dentro da sociedade do gozo). Ela pode comprar, mas não desfrutar livremente de sua compra, dentro de sua própria casa, pois a empregada pode vir a saber o preço dos bens consumidos. E por que saber isso seria um problema? Por que é necessário esconder as etiquetas de preço da empregada? Certamente para negar o fosso social entre ambas, mantendo o platô de indiferença alto e, assim, naturalizando a diferença socioeconômica entre elas. Acreditamos que é através dos bens de consumo que a diferença social se torna explícita, palpável, graça ao papel central que o consumo tem em nossa sociedade, inclusive na promoção de uma ilusão democrática de inclusão social, que se deu através do dele (e.g.: ECKHARDT; DHOLAKIA; VARMAN, 2012; RIBEIRO, 2014). Para lidar com isso, algumas informantes desenvolvem estratégias, que serão explorados no tópico abaixo.

4.4 Jogo de esconde-esconde, desconhecimento estratégico

As patroas escondem muitas coisas de suas empregadas: por exemplo, etiquetas de preço de bens diversos (roupas, alimentos), notas de supermercado, boletos da escola dos filhos. Isso nos parece um esforço por parte das patroas de manutenção do platô de

indiferença em um nível alto o suficiente para que a fantasia social siga inabalada. A Informante 19 diz esconder de sua empregada não apenas a nota do mercado, porque “lá em casa gasta muito supermercado” (além das cinco pessoas da família, a informante “tem” uma empregada-babá, uma cozinheira e um motorista), mas também o recibo da creche e outras notas com valor, “porque aquilo dali elas demoram dois meses [pra ganhar], [...] um negócio que a gente, sabe?, o salário inteiro numa compra”. Quando questionada sobre o porquê desse comportamento, ela diz:

“Eu acho que eu fico com medo do que elas pensariam. [...] eu fico um pouco solidária. É um sentimento ruim, não é bom. É um sentimento de pena, de piedade. Nem deveria, mas é. É uma pessoa que convive comigo, trata bem dos meus filhos, cuida das minhas roupas, do meu marido, da minha casa e eu estou gastando ali coisas que ela de repente estava precisando, mas... o constrangimento é mais uma pena, talvez.” (Informante 19)

A Informante 18 faz uma descrição parecida com a da Informante 19:

“[...] em relação à comida orgânica, tem coisas que são caras, e não é que eu me sinto envergonhada, mas eu me sinto: ‘caramba, olha só quanto eu gastei!’ Por exemplo, o mel [...]. Ai eu fico meio assim envergonhada e tiro o preço sim, eu faço isso. [...] Ai eu fico: ‘poxa, será que o que eu estou gastando aqui não é necessário pra pessoa em outras coisas’, entendeu?” (Informante 18)

No caso da Informante 19 há uma clara confusão das relações econômicas e afetivas, além de um declarado sentimento de pena/piedade (e também vergonha), enquanto no caso da Informante 18 o elemento denegatório presente na frase “não é que eu me sinto envergonhada, mas...” aponta que o sentimento da informante é, de fato, vergonha (até porque a própria informante retoma a questão, afirmando que fica “meio envergonhada” e tira o preço). Como propomos o conceito do platô de indiferença, então vamos abordar a vergonha e a piedade como elementos que fazem parte da dinâmica de funcionamento do platô. A vergonha é “um sentimento construído pelo olhar do outro, [...] fruto da interação entre a intenção do indivíduo (consciência) ante o seu temor de reprovação diante do outro (regras sociais)”, segundo Sauerbronn, Ayrosa e Barros (2005, p.3). Ficamos envergonhados pelo simples temor de sermos criticados, censurados e/ou reprovados pelos outros, o que a própria Informante 19 afirma sentir (“fico com medo do que elas pensariam”). Já a piedade é uma tristeza que somamos à tristeza de outrem (SPONVILLE, 2007). Não é um sentimento ruim, mas não deixa de ser também uma forma de egoísmo pejorativo ou transferencial: “o que tememos para nós [é que] nos inspira piedade pelos outros que o padecem, quando compreendemos que poderíamos passar pela mesma provação”, aponta Sponville (2007, p.125). O autor também sugere que há na piedade uma matiz de superioridade, isto é, há nela uma “suficiência que ressalta a insuficiência de seu objeto”, algo de depreciativo ou insultante: “a piedade é sentida de cima para baixo” (SPONVILLE, 2007, p.127). Portanto, parece que esses sentimentos indicam duas coisas: (1) vivemos uma situação inconciliável, uma vez que vivemos na sociedade do gozo, tendo obrigação de gozar, e, ao mesmo tempo, nos deparamos com uma alteridade peculiar, a empregada, que nos constrange e nos obriga a estabelecer um limite ao nosso gozo, dada sua presença em nossas casas; (2) seja na vergonha, seja na piedade, parece existir uma preocupação que definitivamente diz mais sobre nós mesmos do que sobre a empregada, ou seja, tememos ser avaliados negativamente pelas empregadas (talvez como ostentadores, ricos, esnobes), bem como tememos padecer dos mesmos males que afligem as empregadas, como, por exemplo, a carência material, o preconceito e a precariedade do trabalho. Não nos parece que exista nos sentimentos de vergonha e piedade uma preocupação genuína com a empregada. O que está em jogo, portanto, é a própria manutenção do platô, que aparece narrativamente, associada às práticas de consumo destacadas aqui.

Além desse jogo de “esconde-esconde” existem certas estratégias que as informantes desenvolvem para consumir livremente determinados bens que sinalizam sua posição como

insiders de determinada classe social, dotada de um capital cultural específico, se distanciando do que suas empregadas podem conseguir consumir. Sabemos que muitas das empregadas passaram a fazer parte da nova classe média trabalhadora (SOUZA, 2010) nos últimos anos, conceito que carrega consigo mais do que informações econômicas e materiais, como, por exemplo, elementos imateriais que “permeiam a distinção dos indivíduos e a diferenciação em uma ou outra classe social” (SCHERDIEN *et al.*, 2018, p.142). O aumento do poder de compra, então, deixa de ser decisivo no processo de distinção, pois uma empregada pode, através de acesso ao crédito, comprar um iPhone, por exemplo. Contudo, ela não possui capital cultural necessário para identificar um vinho caro. Então esses bens, indiferentes às empregadas, cujo preço e valor aquelas desconhecem, são aqueles através dos quais as patroas irão exercer sua hierarquia social e seu poder de consumo sem precisar sentir culpa, ao mesmo tempo que naturalizam a distinção entre as partes. É assim que interpretamos o trecho abaixo:

“A questão do telefone: ele [o filho da informante] ter um iPhone melhor do que o da minha funcionária. Eu acho isso, acho constrangedor socialmente, acho que a gente vive num... É tudo tão entranhado, a gente tem uma diferença de classe social muito grande e ela... Ao mesmo tempo eu dependo dela [empregada], por mais que eu não queira admitir isso, ela viabiliza eu trabalhar fora de casa, então... E eu quero que ela se sinta bem. Tento não constrangê-la com esse tipo de consumo, entendeu? Porque isso eu sei que ela conhece. Se eu levar um vinho caro, ela não vai saber se ele custou 15, 30, 100 reais. Agora um celular ela vai saber. iPhone, um tablet, bicicleta, essas coisas...Bicicleta ela usa, inclusive ela usa a minha bicicleta.” (Informante 17)

4.6 Caridade? A empregada como personagem da cadeia de consumo da patroa

Barros (2006, p.1) afirma que as empregadas fazem parte de um “grupo social usualmente definido em termos de sua ‘carência material’” e que, ainda assim, conseguem construir significados de consumo dentro de um contexto hierárquico. Seu trabalho foi escrito em 2006 e até recentemente muitas trabalhos exploraram a ascensão da nova classe média, seu hábitos de consumo, suas estratégias de enfrentamento etc. Como vimos no tópico anterior, boa parte das empregadas foi inserida na dita nova classe média trabalhadora, através de políticas públicas e privadas que modificaram o acesso ao crédito e, em decorrência disso, os hábitos de consumo. Essas mudanças permitem que pessoas como a Informante 14 elaborem narrativas que reconhecem a inserção das empregadas nessa nova classe média como consumidoras:

“[...] as diaristas, elas são ricas! Elas tão ganhando muita grana, meu. Muitas vezes elas nem precisam... [...]naquela época que eu era pequena, era normal mensalista, empregada doméstica [...] que já era babá também. A minha babá hoje ela tá com 70 e poucos anos, ela é da família [...] Cara, ela tem muita coisa. Só celular ela tem uns três. Tipo, meu, as pessoas de baixa, baixa renda assim, eu acho que elas acumulam muita coisa assim, bens materiais, a medida do possível. Muita parcela, muito carnê, sabe? Pra mim é isso, tem uma TV em cada peça em casa, sabe?Tipo é uma vontade de ter, né? Não sei...” (Informante 14)

Ainda assim a caridade, sob a forma de doações das patroas para as empregadas, é bastante comum. O descarte de bens é uma questão relevante para os Estudos de Consumo (e.g. PARSONS; MACLAREN, 2009) e não podemos nos esquecer que a doação configura uma forma de descarte, que pode sinalizar preocupação, interesse ou o desejo de transferir significados simbólicos do doador para o receptor (MCCRACKEN, 2003). Assim, muitas informantes falaram sobre doar bens que não lhes servem mais, por motivos distintos, para suas empregadas. Aqui também a vergonha está presente na narrativa da Informante 18. Contudo, como vimos, trata-se de um sentimento que envolve o temor da patroa de ser julgada negativamente pela empregada:

“tem coisas até que eu sempre falo com a menina que trabalha aqui: ‘ah, isso está manchado, não sei o que eu vou fazer com isso’, porque eu fico com vergonha de

doar. E ela: 'não, tem gente que precisa, me dá que eu conheço uma pessoa'. Mas eu procuro doar as coisas da melhor forma possível, entendeu?' (Informante 18)

A empregada nem sempre é destinatária das doações, atuando como um centro de triagem, que recebe as doações, separada aquilo que é de seu interesse e o que resta redistribui para outras pessoas que fazem parte do seu círculo familiar e social. Isso se torna evidente em alguns trechos, como o acima, e também na fala da Informante 7, que afirma doar

"tudo, ou então se alguém vier 'poxa, tô precisando' [...] Ali [referindo-se à empregada] eu sei que como tem igreja, sempre tem um... E volta e meia ela fala, 'pô, sabe tal coisa, fulana recebeu, ficou emocionado, pô, teve um lá, um irmão na igreja que foi com o sapato que era do seu marido, ficou todo feliz'. Então são essas coisas que pelo menos você tá doando pra uma pessoa que você sabe que vai usar, melhor do que guardar." (Informante 7)

Também a Informante 3 vê na sua empregada uma pessoa que redistribuir as doações para outras pessoas que julga carentes:

"Na verdade, da minha filha a gente doa o que não serve, porque ela perde muito, chega às vezes nem a ficar velho. Velho dela eu acho que a gente nem doa porque não fica. Só uma coisa às vezes que surrou, mas assim, eu não tô nem doando porque ficou velho, eu tô doando porque assim, eu não quero mais. Caso alguém queira, faça bom uso. Igual por exemplo, eu dōo muito pra minha ajudante. Eu falo muito com ela assim: 'eu fiz uma sacola de roupas, não se sinta na obrigação de ficar com elas. Eu estou te passando porque às vezes você pode conhecer alguém que se interesse', entendeu?' (Informante 3)

A narrativa da Informante 3 é especialmente interessante pelas contradições que carrega. Por exemplo, ela afirma doar as coisas surradas não porque estão desgastadas, velhas, mas porque não lhe servem mais. Por que mesmo não lhe servem mais?, nos perguntamos. A resposta parece óbvia: porque estão surradas. E a informante já coloca como uma opção à doação a redistribuição dos bens doados, delegando à empregada a tarefa de descartá-los.

Mais contundente é o exemplo da Informante 6, que faz uma seleção prévia do que será doado para certas pessoas, e o que será doado para a empregada:

"E tem a moça que me ajuda no sábado. [...] ela vem só no sábado, que às vezes eu quero estudar, quero ir na ginástica ou quero sair, sei lá, assim, ela vem pra me ajudar e ela tem um sobrinho que tem três anos. Então assim, eu vou dividindo, [...] porque tem coisas que um... Não tem como eu dar uma camisa da Pólo de botão prum menininho que não vai usar isso. Aí assim, o que eu acho que é pra um eu mando pra um, o que eu acho que é pra outro, eu mando pra outro, eu vou dividindo assim." (Informante 6)

Por que o sobrinho da empregada não usaria uma camisa de botão da marca Pólo? Trata-se apenas de uma peça de roupa cujo valor de uso, ou função utilitária, consiste em nos cobrir, nos proteger. Contudo, é evidente que a marca carrega consigo significados simbólicos e que a Informante 6 não deseja que esses significados sejam transferidos à criança de uma classe social inferior a sua, pois isso afetaria seu próprio arcabouço simbólico de distinção..

5 Considerações finais

A relação entre patroa e empregada é marcada por doses iguais de antagonismo e cumplicidade. Nessa dinâmica ecoa a herança socioeconômica e cultural brasileira (racismo, misoginia, machismo, meritocracia, estratificação social), destacadas pela literatura que versa sobre o tema. A proposta do trabalho era analisar essa relação simbolicamente violenta (e, portanto, naturalizada), mas que não consegue passar despercebida ao analisarmos as narrativas sobre práticas de consumo das patroas. Essas narrativas naturalizam, entre outros fatores, a desigualdade entre essas mulheres, graças à movimentação do platô de indiferença, que também permite que entendamos *a priori* aquelas práticas de consumo como corriqueiras e justificáveis. Contudo, essas mesmas narrativas não conseguem eliminar o incômodo e o esforço das patroas na manutenção da fantasia de igualdade e afetividade que desvia nosso olhar das questões estruturais e simbolicamente violentas ainda fortemente

arraigadas em nosso imaginário social. Através da análise das narrativas, percebemos que não parece existir uma forma de conciliar esses dois universos, o da patroa e o da empregada, chegando a uma síntese proveitosa para as partes envolvidas. Em algumas circunstâncias existem ganhos sociais para ambas, como apontado por trabalhos anteriores citados aqui, mas verificamos através das narrativas sobre práticas de consumo que lado a lado com os ganhos existe o incômodo pela presença da empregada, a tensão gerada pela inserção de uma alteridade da rua dentro do ambiente da casa.

A análise nos permite afirmar que o processo de distinção entre classes não foi abalado pelo surgimento da nova classe média (classe na qual algumas empregadas se inserem). Contudo, as formas de distinção da antiga classe média precisaram ser reestruturadas. E o consumo desempenhou um papel de destaque nesse processo. Os integrantes da nova classe média conquistaram o acesso à educação (com mostra o filme “Que horas ela volta?”, através da personagem Jéssica, filha da empregada que presta vestibular para arquitetura na USP) e, em decorrência disso, novos postos no mercado de trabalho, assim como o poder de consumir determinados bens, como *smartphones* de última geração, graças também das políticas de acesso ao crédito. A antiga classe média, identificada aqui com as patroas-informantes, precisou valer-se do seu capital cultural e do desconhecimento das empregadas sobre o preço e o valor de certos bens de consumo para consumi-los sem culpa, adequando-se assim aos ditames da sociedade do gozo e, ao mesmo tempo, construindo novas formas de distinção. Narrativamente as informantes naturalizam as diferenças existentes, justificando através de suas práticas de consumo, que envolvem vergonha, piedade e constrangimento, as novas formas distintivas.

Acreditamos também que a análise aponta a fragilidade da inserção social através do consumo. Se nos dedicássemos a aprofundar a análise com base em outras fontes bibliográficas, certamente seria possível constatar que o cenário aqui analisado reverbera a precariedade do laço de democrático e comunitário, pois na sociedade do gozo, a mais nova face daquilo que convencionamos chamar de sociedade do consumo, ser cidadão é ser consumidor, é estar imbuído da crença da possibilidade de identificação associada à liberdade e à escolha. Como sustentar coesamente uma sociedade se o vínculo de pertencimento e de identificação social pauta-se mormente no consumo? Como promover ideais de justiça social e igualdade numa sociedade na qual a distinção via consumo é central e o gozo, imperativo? Os ideais de uma sociedade do gozo são incompatíveis com os de uma sociedade na qual existe pensamento holístico, sistêmico, e na qual pretende-se implementar ações de justiça distributiva. Assim, talvez devêssemos sugerir como pesquisa futura uma investigação sobre a impossibilidade conciliatória entre ideais da sociedade do consumo e ideais de consumo verde, sustentável e até mesmo ético-ativista.

Sugerimos também como pesquisa futura a realização da análise psicanalítica do discurso (DUNKER; PAULON, MILÁN-RAMOS, 2017) de entrevistas sobre o tema aqui abordado. Futuros pesquisadores poderão tratar os dados através dessa abordagem metodológica e possivelmente farão descobertas ainda mais reveladoras e surpreendentes sobre o papel do consumo na estruturação da realidade social brasileira.

Referências

- ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Recuperado em <http://www.abep.org/criterio-brasil>
- ARNOLD, S. J.; FISHER, E. Hermeneutics and Consumer Research. **Journal of Consumer Research**, 21, pp.55-70, 1994.
- AYROSA, E. A. T.; CERCHIARO, I. B. Pesquisa Qualitativa e Quantitativa em Marketing: Compreendendo diferenças, produzindo confluências. **Revista ADM.MADE**, 18(3), pp. 1-18, 2014.

AYROSA, E. A. T.; OLIVEIRA, R. C. de A. de. Marketing and the Production of Consumers' Objective Violence. In TADAJEWSKI, M.; HIGGINS, M.; DENEGRI-KNOTT, J.; VARMAN, R. (Ed.), **The Routledge Companion To Critical Marketing**. UK: Routledge, 2018.

BARROS, C. Consumo, Hierarquia e Mediação: Um Estudo Antropológico no Universo das Empregadas Domésticas. **30º. Encontro da ANPAD (EnAnpad)**, 23 a 27 de setembro, Salvador (BA), 2006.

BELK, R.; FISCHER, E.; KOZINETS, R. **Qualitative consumer & Marketing research**. London: Sage, 2013.

BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. Massachusetts: Harvard University Press, 1991.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, RS: Editora Zouk, 2006.

Brites, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, 29, pp.91-109, 2007.

DA MATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986. Acesso em abril de 2019. Recuperado em http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Da_Matta-O_que_faz_Brasil_Brasil.pdf.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DUNKER, C. I. L.; PAULON, C. P.; MILÁN-RAMOS, J.G. **Análise Psicanalíticas de Discursos – Perspectivas Lacanianas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017

ECKHARDT, G. M.; DHOLAKIA, N.; VARMAN, R. Ideology for the 10 billion: Introduction to Globalization of Marketing Ideology. **Journal of Macromarketing**, November 2012

FERRAZ, D. L. da S.; MOURA-PAULA, M.; BIONDINI, B. K. F.; MORAES, A. F. G. de. Ideologia, subjetividade e afetividade nas relações de trabalho: análise do filme “Que horas ela volta?”. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.4, n.1, pp.252-278, jun.2017.

FONTENELLE, I. A. O trabalho da ilusão: produção, consumo e subjetividade na sociedade contemporânea. **Interações**, X(19), pp.63-86, 2005.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOLANDA, S. B. de. **O Homem Cordial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HIRATA, H. Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. **Revista Educação & Tecnologia**, n.6, 2003.

MCCRACKEN, G. **The Long Interview**. London: Sage, 1988

_____. **Cultura & Consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

OLIVEIRA, R. C. de A.; CHEVITARESE, L.; AYROSA, E. A. T. O consumidor trágico: uma leitura nietzscheana do consumo irremediavelmente insatisfatório. **Latin American Business Review**, DOI: <https://doi.org/10.1080/10978526.2019.1610663> (em prelo), 2019.

PARSONS, E; MACLARAN, P. “Unpacking disposal”: introduction to the special issue. **Journal of Consumer Behaviour**, 8(6), pp.301–304, 2009.

RIBEIRO, R. J. **A inclusão social pelo consumo**. Acesso em abril de 2019. Recuperado em: <https://www.valor.com.br/politica/3407594/inclusao-social-pelo-consumo>, 2014.

RICOEUR, P. **Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 2000.

_____. **Hermeneutics and the human sciences: essays on language, action and interpretation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

- SAFATLE, V. **Cinismo e Falência da Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SAUERBRONN, J. F. R.; AYROSA, E. A. T.; BARROS, D. F. O Consumidor Envergonhado – reflexões sobre o sentimento da vergonha no marketing. **Cadernos EBAPE.BR**, vol.III, n.2, julho de 2005.
- SCHERDIEN, C.; BORTOLINI, A. C. dos S.; OLTRAMARI, A. P. Relações de trabalho e cinema: uma análise do filme “Que horas ela volta?”. **Revista Farol de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v.5, n.12, 2018.
- SCHWARCZ, L. M. Sergio Buarque de Holanda e essa tal de “cordialidade”. **Ide Psicanálise e Cultura**, 31(46), pp.83-89, 2008.
- SHANKAR, A.; ELLIOT, R.; GOULDING, C. Understanding Consumption: Contributions from a Narrative Perspective. **Journal of Marketing Management**, 17(3-4), pp.429-453, 2010.
- SLATER, D. **Cultura do Consumo & Modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.
- SORATTO, L. H. **Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas**. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia. 331 p., 2006.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe media ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SPONVILLE, A. C-. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. P. As patroas sobre as empregadas: discursos classistas e saudosistas das relações de escravidão. In: **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**. 8o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Brasília: SPM, 2013. Acesso em abril de 2019. Recuperado em: <http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>.
- TEIXEIRA, J.C.; CARRIERI, A.P.; MAFRA, F.L.N. “A bichinha é safadinha”: O imaginário social sobre a empregada doméstica refletido em músicas brasileiras. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD**, 8., Gramado. Anais... Gramado: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2014.
- TEIXEIRA, J.C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A.P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações e Sociedade**, v.22, n.72, pp. 161-178, 2015.
- THOMPSON, C. J. May the Circle Be Unbroken: a Hermeneutic Consideration of How Interpretive Approaches to Consumer Research Are Understood By Consumer Researchers. **Paper presented at the Advances in Consumer Research (ACR)**, 1991.
- TUCCI, F. B., D.; MELLO, A. A denegação do consumo: a ética do consumo consciente. **Ética e Realidade Atual**, 2013.
- VALOR ECONÔMICO. “Trabalho doméstico volta a crescer em SP; diaristas agora são maioria”. Reportagem de Thais Carrança. Acesso em abril de 2019. Recuperado em: <https://www.valor.com.br/brasil/6215727/trabalho-domestico-volta-crescer-em-sp-diaristas-agora-sao-maioria>.
- ZIZEK, S. **The Sublime Object of Ideology**. London: Verso, 1989.
- _____. **Violência: Seis Reflexões Laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.